

INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S)	: PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: EDUARDO DA COSTA PAES
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E OUTRO(A/S)

DESPACHO

**INQUÉRITO – ARQUIVAMENTO –
CONTRADITÓRIO – OBSERVÂNCIA.**

1. O assessor Rafael Ferreira de Souza prestou as seguintes informações:

A Procuradoria-Geral da República requereu a abertura deste inquérito para investigar a suposta prática, pelo deputado federal Pedro Paulo Carvalho Teixeira e por Eduardo da Costa Paes, dos delitos versados nos artigos 317 (corrupção passiva), combinado com o 327, parágrafos 1º e 2º, e 333 (corrupção ativa) do Código Penal; 1º (ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime), inciso V (contra a Administração Pública), da Lei nº 9.613/1998; e 22 (efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas) da Lei nº 7.492/1986.

Vossa Excelência, em 23 de junho de 2017, determinou o desmembramento destes autos, com reprodução integral e encaminhamento ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, para sequência em relação ao investigado não detentor de prerrogativa de foro. A Primeira Turma, em 19 de setembro

INQ 4435 / DF

seguinte, deu provimento ao agravo interno protocolado por Eduardo da Costa Paes para que os autos retornassem ao Supremo, viabilizando a apuração conjunta dos fatos em investigação.

Em 8 de maio de 2018, declinou da competência para a primeira instância da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, afirmando que os delitos imputados ao investigado Pedro Paulo Carvalho Teixeira não estão relacionados ao cargo de Deputado Federal atualmente exercido. O Pleno do Supremo, no que afetado ao Colegiado o exame do quarto agravo regimental neste inquérito, ante controvérsia a respeito da definição do alcance da competência da Justiça Eleitoral, em 14 de março de 2019, proveu parcialmente o recurso formalizado pelos investigados para: a) no tocante ao fato ocorrido em 2014, assentar a competência do Supremo; e b) quanto às infrações supostamente cometidas em 2010 e 2012, declinar da competência para a Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, e julgar prejudicado o agravo interposto pela Procuradoria-Geral da República, no que voltado à fixação da competência da Justiça Federal, relativamente ao crime de evasão de divisas.

Pedro Paulo Carvalho Teixeira e Eduardo da Costa Paes, por meio da petição/STF nº 51.538/2019, subscrita por advogados credenciados, sustentam, reportando-se a parecer técnico trazido ao procedimento investigatório, haver indícios de manipulação fraudulenta dos documentos utilizados na instauração do inquérito. Dizem imprestável o dispositivo de mídia juntado à folha 15 dos autos. Considerada a dúvida acerca da idoneidade dos elementos de informação, assinalam inexistir justa causa para o prosseguimento da investigação. Salientam caracterizado excesso de prazo na tramitação do inquérito, a perdurar, segundo arguem, desde o dia 14 de março de 2017. Asseveram que as declarações dos colaboradores mostram-se contraditórias e desprovidas de

INQ 4435 / DF

elementos de corroboração. Destacam a ausência de manifestação da Procuradoria-Geral da República sobre a ilicitude apontada. Buscam o arquivamento do inquérito, ante os indícios de manipulação dos elementos que fundamentaram a instauração e em razão do excesso de prazo.

Os autos encontram-se no Gabinete.

2. Juntem.

3. Deem vista à Procuradoria-Geral da República.

4. Publiquem.

Brasília, 9 de setembro de 2019.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator.